

# **SÍNTESE AUTOAVALIAÇÃO**

## **1. SIADAP-RAM 1 - Enquadramento**

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, o presente relatório constitui uma síntese dos resultados alcançados pelo IDR em 2011, nos domínios de eficácia, da eficiência e da qualidade, e procura, também, fazer uma análise muito sucinta dos resultados obtidos na gestão dos recursos humanos e financeiros.

## **2. Objetivos Estratégicos**

### **2.1 Maximizar a eficácia da intervenção dos fundos estruturais da União Europeia**

Numa altura em que os condicionalismos financeiros influenciaram de uma forma decisiva as políticas e os respetivos modelos de desenvolvimentos que lhes estão associados, a ação dos instrumentos de financiamento constitui um fator determinante para minimizar os constrangimentos decorrentes destas situações. De modo que, a intervenção dos Fundos Estruturais, tem uma importância acrescida pelo fato que não advém apenas da escassez de recursos das Regiões, mas sobretudo, pela “capacidade” que a sua própria utilização induz num correto enquadramento dos projetos a serem cofinanciados.

É fundamental, para que esta relevância se materialize, prosseguir com uma dinâmica permanente, no que concerne a uma correta afetação dos Fundos Estruturais, sendo essencial para tal, introduzir e aperfeiçoar mecanismos e procedimentos que promovam mais eficácia e eficiência à Gestão desses Fundos. Neste contexto e ao nível da Autoridade de Gestão dos Programas Regionais, os Sistemas de Gestão e Controlo, são o principal instrumento regulador do exercício da atividade da Gestão, pelo que, a sua adequação permanente, constitui o garante de maior eficácia e eficiência. Naturalmente, que a própria experiência que se adquire ao longo do(s) período(s) de programação, contribuem de forma significativa para os processos de análise e decisão se tornem cada vez mais consistentes e equilibrados. Realça-se também, a ação das Autoridades Regionais, na articulação com as Autoridades Nacionais e Comunitárias, nos vários patamares da Gestão, para potenciar a ação dos Fundos Estruturais.

É esta filosofia que entendemos ser consentânea com os interesses da Região, do País e da União Europeia, o que de uma forma abreviada se poderá traduzir por uma Gestão Dinâmica, numa perspetiva de maior eficácia, eficiência, rigor e transparência.

## **2.2 Estruturar e otimizar a intervenção do planeamento**

As propostas de Regulamento apresentadas pela Comissão Europeia no âmbito do próximo período de programação 2014/2020, são um indicador sintomático do que terá que estar subjacente à atribuição e utilização dos Fundos Estruturais aos quais aqueles documentos, após a sua aprovação, irão regular. Na realidade a própria Política de Coesão terá que estar perfeitamente integrada num conjunto de fatores eminentemente estratégicos, cujo enquadramento, monitorização e coerência, terão que ser justificados por uma avaliação de elementos que irá obrigar a que as Regiões disponham de estruturas e mecanismos capazes de os garantir.

Tudo isto, revela de forma muito clara a pertinência e acerto nas decisões que visavam dar uma ainda maior dinâmica à área do Planeamento. Sem querer beliscar todo um trabalho que foi desenvolvido ao longo dos tempos na área do Planeamento, julgamos contudo, que não será demais salientar o quanto é importante enveredar para outras abordagens e até para uma perspetiva diferente da própria intervenção do Planeamento.

O IDR com as responsabilidades que detém, no âmbito da área do Planeamento no contexto da sua intervenção na área governativa, tem procurado introduzir uma nova dinâmica que promova, efetivamente, tanto em termos qualitativos como quantitativos, toda uma série de informações, respostas, cenários e caminhos possíveis, que a ação do Planeamento deverá gerar.

Tem sido este o nosso entendimento sobre esta matéria, e a razão do esforço que temos mantido ao longo dos últimos anos. Em 2011, além de um trabalho de consolidação e reforço, no âmbito desta perspetiva já referida, deram-se os primeiros passos para a preparação do Plano de Médio Prazo para 2014/2020, além dos Programas Operacionais para aquele período. Serão documentos de transcendente relevância para a RAM, decisivos mesmo, especialmente se tivermos em consideração o contexto altamente adverso que a Região atravessa. Mais do que nunca, é necessário termos a perceção exata do nosso potencial, das nossas debilidades das oportunidades e ameaças que se nos colocam, e gizar um modelo de desenvolvimento que seja sustentável.

### **2.3 Reforçar a eficácia da gestão global do IDR**

O IDR deu continuidade ao projeto de certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (certificado desde janeiro de 2005), tendo obtido em dezembro de 2011 a confirmação da conformidade do seu Sistema segundo a norma ISO 9001:2008, na sequência da auditoria externa realizada pela empresa certificadora SGS ICS.

Neste âmbito, destaca-se o facto de as responsabilidades assumidas pelo IDR no Programa de Reconstrução da Madeira, na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010, terem sido materializadas em procedimentos, responsabilidades e metas, num processo que culminou na sua integração no Sistema de Gestão da Qualidade.

O ano de 2011 fica igualmente marcado pela integração da informação documental inerente às competências do Núcleo de Intervenções de Coesão e Cooperação no SIGMA Paperless, concretizando-se, assim, o objetivo de cobertura integral das áreas/atividades desenvolvidas pelo IDR pelo novo sistema de informação de gestão documental.

### 3. Objetivos Operacionais – Análise de Resultados e Justificação dos Desvios

#### 3.1 Objetivos Eficácia

##### 3.1.1 Objetivo 1

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios		
			Resultado	Classificação				
				Superou	Atingiu		Não atingiu	
<b>OB 1</b>	<b>Ponderação de 25%</b>							
Garantir a operacionalidade dos Programas Operacionais e dos Instrumentos de Planeamento	Ind 1	Actualização do Sistema de Gestão e Controlo PO RUMOS	Até 31 de Agosto (243 dias)	Ofício à Autoridade de Certificação	19 de Agosto (231 dias)	104,94%		12
	Peso	30%						
	Ind 2	Actualização do Sistema de Gestão e Controlo PO INTERVIR+	Até 31 de Agosto (243 dias)	Ofício à Autoridade de Certificação	17 de Agosto (229 dias)	105,76%		14
	Peso	30%						
	Ind 3	Realização de fóruns de reflexão prospectiva	2 fóruns	-	1			0
	Peso	40%						

Conforme está instituído, o IDR procede anualmente à revisão/actualização dos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC) dos PO Rumos e Intervir+. O propósito deste exercício é garantir a fidedignidade e fiabilidade do SGC, em relação àquilo que são as exigências e as determinações, quer da Inspeção-Geral de Finanças, quer da Comissão Europeia, em matéria de gestão de fundos comunitários. Neste contexto, foi estabelecida como meta/prazo para apresentação desta revisão, para cada um dos SGC, a data de 31 de agosto, verificando-se que os indicadores para ambos os PO foram ligeiramente superados.

Em matéria de fóruns de reflexão prospectiva, foi realizado, em 29.06.2011, o Seminário “A Europa e as Regiões”. O segundo fórum que se perspectivava para 2011 respeitava à reunião ordinária da Comissão Técnica de Planeamento (CTP). Todavia, e por razões conjunturais/institucionais que extravasaram a capacidade de intervenção do IDR nesta matéria, não se encontram reunidas as condições fundamentais à realização da reunião em causa, concretamente, o facto de se encontrarem em aberto, quer o cronograma dos trabalhos subjacentes aos instrumentos de planeamento e programação da RAM no âmbito da Política de Coesão da UE 2014-2020, quer o processo de recondução/reafectação de competências entre Serviços do Governo Regional, decorrente das eleições legislativas regionais de outubro de 2011. Como tal,

considerando que o IDR cumpriu na íntegra aquilo que estava ao seu alcance, considera-se que, face a estas circunstâncias, a meta foi atingida.

	<b>Concretização</b>	<b>Classificação</b>	<b>Desvio</b>
<b>OBJ 1</b>	<b>103,21%</b>	<b>Superado</b>	<b>3,21%</b>

### 3.1.2 Objetivo 2

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios				
			Resultado	Classificação						
				Superou	Atingiu		Não atingiu			
<b>OB 2</b>	<b>Ponderação de 10%</b>									
Assegurar a divulgação eficaz da aplicação dos fundos comunitários na RAM	Ind 4	Grau de execução do Plano de Monitorização do Cumprimento das Regras de I&P	80%	Plano de Monitorização	114%	142,50%				34%
	Peso	100%								

Em 2011, estabeleceu-se pela primeira vez, um Plano de Monitorização do Cumprimento das Regras de Informação e Publicidade, cujo objetivo foi verificar se os normativos em matéria de I&P estavam a ser cumpridos pelos beneficiários de fundos comunitários. Foram realizadas 91 ações de monitorização de um total de 80 projetos que estavam inicialmente previstos serem verificados, quer no âmbito do PO Intervir+ (45), quer no quadro do cofinanciamento do PO Rumos (35), o que resultou numa taxa de concretização de cerca de 114%. A superação desta meta deveu-se, exclusivamente, à realização de mais 11 ações de monitorização a projetos cofinanciados pelo PO Rumos, em resultado de recomendações constantes de auditorias realizadas pelo IGFSE.

	Concretização	Classificação	Desvio
<b>OBJ 2</b>	<b>142,5%</b>	<b>Superado</b>	<b>42,5%</b>

### 3.1.3 Objetivo 3

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios			
			Resultado	Classificação					
				Superou	Atingiu		Não atingiu		
<b>OB 3</b>	<b>Ponderação de 15%</b>								
Assegurar uma boa taxa de cobertura das ações de verificação no local no âmbito do QREN	Ind 5	Taxa de esforço de verificação no local	10%	Mapas de Verificação no Local	25,05%	250,50%			15,05%
	Peso	100%							

Mantendo um nível de desempenho semelhante ao ano transato, registou-se em 2011 uma taxa de esforço de verificações no local (montante total acumulado de despesa objeto de verificação/montante total acumulado de despesa executada) relativa aos projetos cofinanciados pelo Intervir+, pelo Rumos e pelo POVT, na ordem dos 25%, o que representa uma clara superação da meta fixada para este indicador. Esta performance é reveladora do empenho que o IDR coloca para garantir a legalidade e a boa aplicação dos fundos comunitários na Região.

	Concretização	Classificação	Desvio
<b>OBJ 3</b>	<b>250,50%</b>	<b>Superado</b>	<b>150,50%</b>

## 3.1.4 Objetivo 4

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios		
			Resultado	Classificação				
				Superou	Atingiu		Não atingiu	
<b>OB 4</b>	<b>Ponderação de 30%</b>							
Melhorar a eficácia do sistema de gestão dos fundos comunitários	Ind 6	Cumprimento da Regra "N+3" - Intervir+	120%	IDR-3.1.2-6	156%	130%		36%
	Peso	30%						
	Ind 7	Cumprimento da Regra "N+3" - Rumos	180%	IDR-3.1.2-6	277%	153,89%		97%
	Peso	30%						
	Ind 8	Grau de Execução do Eixo V - POVT	40%	Mapa Contr. Av. Desempenho NICC	34%		85%	-6%
	Peso	15%						
	Ind 9	Grau de Aprovação do Eixo V - POVT	50%	Mapa Contr. Av. Desempenho NICC	46%		92%	-4%
	Peso	15%						
	Ind 10	Grau de Aprovação do PCT MAC	10%	Mapa Contr. Av.	16%	160,00%		16%
	Peso	10%						

O ano de 2011 está marcado como um período de maior dificuldade das finanças públicas, cujos reflexos são transversais a toda a atividade económica, em particular o impacto que teve no investimento público. Todavia, apesar deste constrangimento conjuntural, os indicadores de execução dos Programas Operacionais à responsabilidade do IDR, tiveram uma boa performance, consubstanciada na superação das metas fixadas para cada um destes.

Realce-se, neste âmbito, a evolução já registada no cumprimento da designada regra “N+3”, associada aos PO Rumos e Intervir+, que deixa antever que serão concretizadas as metas fixadas pela União Europeia para 31 de dezembro de 2012, sobre esta matéria. Quanto ao indicador 8 (Grau de Execução do Eixo V - POVT), o seu grau de realização ficou abaixo da meta estabelecida por não ter sido atingido o nível de execução expetável pelas razões de constrangimentos financeiros e dificuldades da RAM no final do ano e que levou ao pedido de resgate do Governo Regional da Madeira junto o Governo da Republica. Estas condições naturalmente tiveram influência direta em todos os beneficiários, não só das operações aprovadas como as que estavam em fase de preparação de candidatura. Acresce referir que no único projeto aprovado no ano de 2011, não houve possibilidade de validar despesa, por razões que se prendem

fundamentalmente com a morosidade na obtenção da decisão final de aprovação por parte da Autoridade de Gestão do Programa.

Em relação ao indicador 9 (Grau de Aprovação do Eixo V - POVT) o grau de realização abaixo da meta estabelecida deveu-se, igualmente, às razões de constrangimentos financeiros e dificuldades da RAM atrás identificadas. Com efeito, até ao último momento perspectivou-se que a operação aprovada no ano 2011 (mês de dezembro) fosse aprovada com uma taxa de comparticipação de 85% e não de 70%, como aconteceu.

Todavia, apesar destes constrangimentos, este objetivo no global foi superado.

	<b>Concretização</b>	<b>Classificação</b>	<b>Desvio</b>
<b>OBJ 4</b>	<b>143,5%</b>	<b>Superado</b>	<b>43,5%</b>

## 3.1.5 Objetivo 5

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios			
			Resultado	Classificação					
				Superou	Atingiu		Não atingiu		
<b>OB 5</b>	<b>Ponderação de 10%</b>								
Garantir a Monitorização dos Instrumentos de Planeamento	Ind 11	Apresentação do Relatório de Execução do PIDDAR à Assembleia Legislativa e Conselho Económico e Social da Madeira	30 de setembro (273 dias)		27 de setembro (270 dias)	101,10%			3
	Peso	50%							
	Ind 12	Monitorização da Implementação PIDDAR	Periodicid ade Semestral	SIGMA PDES	Semestral		100%		0
	Peso	50%							

A elaboração técnica da proposta do PIDDAR é uma das incumbências do IDR, que pela sua importância estratégica merece ser refletida neste exercício de avaliação do desempenho deste organismo, até porque integra, para além da gestão dos fundos comunitários, a outra grande área de atividade, que é o Planeamento. Assim, no âmbito destas responsabilidades, foi definido este objetivo, para a concretização do qual contribuíram estes dois indicadores que figuram no quadro acima exposto, cujas metas, num, foi atingida e, noutro, ligeiramente superada.

	Concretização	Classificação	Desvio
<b>OBJ 5</b>	<b>100,55%</b>	<b>Superado</b>	<b>0,55%</b>

### 3.1.6 Objetivo 6

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios			
			Resultado	Classificação					
				Superou	Atingiu		Não atingiu		
<b>OB 6</b>									
Ponderação de 10%									
Garantir a operacionalidade dos sistemas informáticos	Ind 13	Prazo médio de interrupção dos serviços instalados	8 horas úteis	Intranet	2h8m	173,34%			5h52m
	Peso	100%							

Os sistemas de informação assumem um papel de vital importância no quotidiano do IDR, sendo imprescindível garantir a sua permanente operacionalidade, de modo a não comprometer o normal funcionamento da sua atividade, designadamente no que diz respeito à gestão dos fundos comunitários. Assim, devido ao seu carácter crítico, definiu-se este objetivo, cuja concretização foi amplamente superada, o que demonstra a atenção dada a este aspeto de máxima relevância para a atividade do Instituto.

	Concretização	Classificação	Desvio
<b>OBJ 6</b>	<b>173,34%</b>	<b>Superado</b>	<b>73,34%</b>

## 3.2 Objetivos Eficiência

### 3.2.1 Objetivo 7

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	
			Resultado	Classificação			
				Superou	Atingiu		Não atingiu
<b>OB 7</b>	<b>Ponderação de 100%</b>						
Optimizar os processos de gestão documental	Ind 14	Introdução de Medidas de Simplificação Administrativa no Sistema de Gestão Documental	Até 30 de Junho	SIGMA Paperless	30-Jun	100%	0
	Peso	50%					
	Ind 15	Nível de utilização do Sistema de Gestão Documental	90%	SIGMA Paperless	100%	111,11%	10%
	Peso	50%					

No âmbito do projeto SIGMA Paperless, cuja implementação se iniciou em 2010, em 2011 as principais preocupações visaram, por um lado, garantir a utilização integral deste sistema por todas as unidades orgânicas do IDR e, por outro lado, começar a introduzir melhorias no seu funcionamento para tornar a sua utilização mais intuitiva e, simultaneamente, ultrapassar alguns problemas que foram sendo identificados neste tempo de vigência. Assim, foram estabelecidos os dois indicadores e as respetivas que figuram no quadro supra, tendo, num caso, o resultado sido atingido e, noutra caso, verificou-se a superação da meta fixada.

	Concretização	Classificação	Desvio
<b>OBJ 7</b>	<b>105,55%</b>	<b>Superado</b>	<b>5,55%</b>

### 3.3 Objetivos Qualidade

#### 3.3.1 Objetivo 8

Objectivos operacionais	Meta Ano 2011	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	
			Resultado	Classificação			
				Superou	Atingiu		Não atingiu
<b>OB 8 Ponderação de 100%</b>							
Manter o grau de Satisfação dos Clientes Externos	Ind 16	Nível de Satisfação	BOM	IDR-9.1.1-1	BOM	100%	0
	Peso	100%					

Para aferir o grau de satisfação dos seus clientes externos, o IDR envia um inquérito, através do qual as entidades procedem à avaliação de um elenco de serviços que são prestados pelo IDR, tendo subjacente um conjunto de parâmetros que são classificados numa escala de 1 a 4. O resultado global desta avaliação cifrou-se nos 3,5 valores correspondente a uma avaliação qualitativa de BOM.

	Concretização	Classificação	Desvio
<b>OBJ 8</b>	<b>100%</b>	<b>Atingido</b>	<b>0</b>

### 3.4 Síntese dos Resultados

Como apreciação final, podemos afirmar com toda a segurança, que os resultados de eficiência, de eficácia e da qualidade foram extremamente positivos, tendo-se verificado, em termos globais, a superação das metas definidas.

È importante salientar que o contexto em que estes resultados foram obtidos foi de elevada exigência, não só pela conjuntura menos favorável das finanças públicas em que se viveu, mas também, pelas obrigações, as enormes responsabilidades e a extrema complexidade que estão sempre inerentes à gestão de Programas Operacionais comunitários.

	<b>PONDERAÇÃO</b>	<b>REALIZAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>OBJ EFICÁCIA</b>	70%	148,07%	103,65%
<b>OBJ EFICIÊNCIA</b>	15%	105,55%	15,83%
<b>OBJ QUALIDADE</b>	15%	100%	15%
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO GLOBAL</b>			<b>134,48%</b>

## 4. Gestão de Recursos

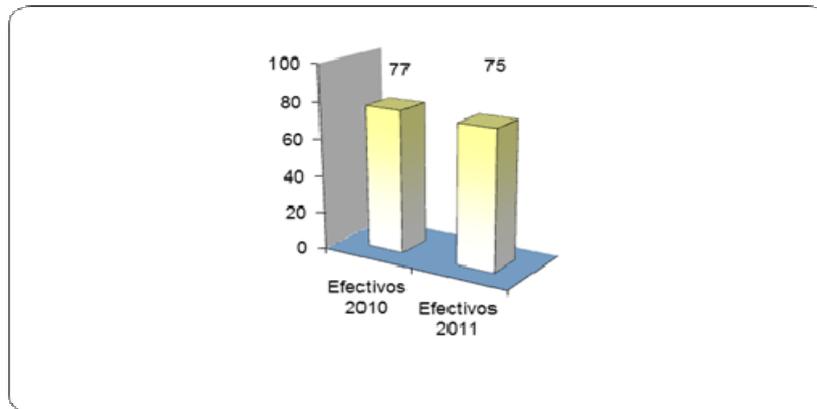
### 4.1 Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS	Nº PESSOAS	
	Mapa Pessoal 2011 (estimativa)	Efectivos reais
Dirigentes de Direcção Superior	3	3
Dirigentes de Direcção Intermédia	16	16
Técnico Superior	35	33
Técnico de Informática	1	1
Coordenador Especialista	1	1
Coordenador	3	3
Assistente Técnico	5	5
Encarregado Pessoal Auxiliar	1	0
Assistente Operacional	10	9
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>71</b>

Como nota introdutória à análise deste ponto, é importante ter presente que os efetivos reais considerados no quadro supra diferem daqueles que constam da Síntese do Balanço Social, que é feita na Parte III do Relatório de Atividades e da qual foi extraída informação para a análise realizada nos gráficos em baixo expostos, uma vez que o tratamento da informação que aí é feito, segue as regras previstas no Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro, em que se contabilizam os trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal do IDR a desempenhar funções noutros organismos.

O contexto de maior dificuldade das finanças públicas em 2011, condicionou fortemente a pretensão do IDR em ver colmatadas as insuficiências existentes, em termos de recursos humanos, em algumas das suas áreas de atuação. Com efeito, o que se verificou durante o ano de 2011, foi precisamente o processo inverso àquelas que seriam as suas expectativas, ao se verificar a redução do número de efetivos colocados à sua disposição. Ao estar consagrado em lei o impedimento de recrutamentos que implicassem a contratação de trabalhadores sem vínculo à administração pública regional, a única alternativa seria o recurso ao instrumento de mobilidade interna. De facto, o IDR obteve o contributo de um assistente operacional (motorista), no decurso deste ano, através da mobilidade interna, tendo o mesmo regressado ao seu serviço de origem no final do mês de dezembro. Em suma, apesar de terem sido conferidas novas responsabilidades ao IDR com a sua participação no Programa de Reconstrução da Madeira na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010, o que se assistiu em

2011 foi uma redução dos seus efetivos em dois trabalhadores, correspondentes à aposentação da encarregada de pessoal auxiliar e ao falecimento um técnico superior.

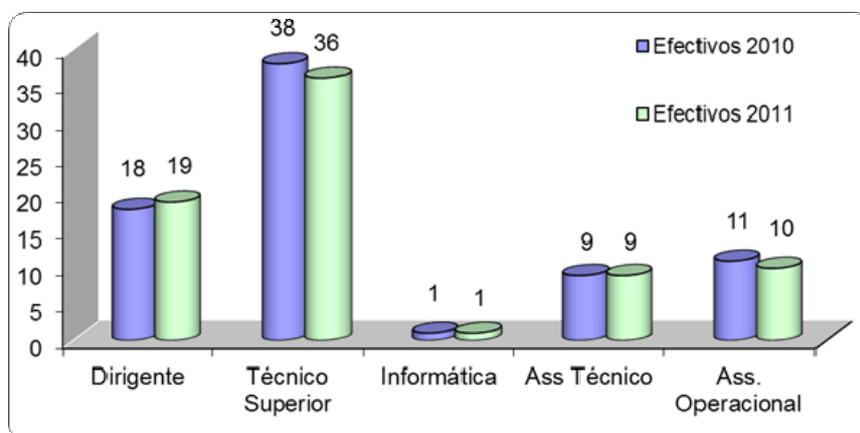


Como podemos observar do gráfico acima exposto, nos últimos 2 anos, 2010 e 2011, houve uma redução líquida significativa. Dois efetivos cessaram funções, ambos do género feminino, nomeadamente uma Encarregada de Pessoal Auxiliar e Instalações por motivo de aposentação e uma Técnica Superior por motivo de falecimento, passando de 77 para 75 efetivos.

Tendo em conta as restrições em matéria de admissão de pessoal motivadas pela redução da despesa pública, não foi possível a recuperação do número de efetivos que saíram do mapa de pessoal.

Considerando a redução líquida de efetivos, o índice de rotação é de 0,97%.

O mapa de pessoal previa um total de 76 efetivos necessários e não contemplava o fiscal único, nem os 4 trabalhadores que estão em efetividade de funções noutros organismos. Em 31 de dezembro de 2011, detinha uma cobertura de 71 lugares, pelo que isto significa que o IDR deteve 93% dos efetivos necessários para realizar a sua atividade.



Relativamente ao gráfico acima exposto, podemos verificar que o grupo de pessoal mais representativo continua a ser o Técnico Superior, no entanto, verifica-se uma redução de dois técnicos face ao ano de 2010.

O grupo de Pessoal Operacional também teve uma redução de um trabalhador, tendo-se mantido o total do grupo de Informática e de Assistente Técnico.

O grupo de Pessoal Dirigente registou o aumento de um elemento, oriundo do grupo de Pessoal Técnico Superior, em virtude de ter sido necessário criar, no âmbito da gestão do Programa Operacional Rumos, uma estrutura segregada para este efeito.

A taxa de tecnicidade em 2011 aponta para os 49% dos efetivos totais, evidenciando uma redução de 1% em relação ao ano de 2010.

## 4.2 Recursos Financeiros

ORÇAMENTO	Valor Estimado (€)	Peso	Valor Executado (€)	Valor Executado (%)
Funcionamento	2.265.500	47,48%	2.128.011	93,93%
PIDDAR	2.505.913	52,52%	982.417	39,20%
<b>TOTAL</b>	<b>4.771.413</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.110.428</b>	<b>65,19%</b>

A execução do orçamento privativo do IDR em 2011, ficou indubitavelmente condicionada pelo contexto de grande dificuldade das finanças públicas, que restringiu fortemente a assunção de compromissos por parte deste Instituto. A componente do orçamento que foi mais afetada por esta conjuntura de restrição de despesa, foram os Investimentos do Plano, que registou uma taxa de compromisso na ordem dos 39%. Esta componente, engloba todos os projetos de Assistência Técnica dos Programas Operacionais e Programas de Iniciativa Comunitária geridos pelo IDR e visam assegurar as necessárias condições logísticas e humanas das Estruturas de Apoio Técnico ao Gestor destes programas, designadamente garantir o financiamento de despesas como, o desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas de informação, serviços de consultoria para o desenvolvimento de estudos de avaliação, serviços externos de verificação de projetos cofinanciados e o desenvolvimento de ações de informação e publicidade. Globalmente, a execução que se cifrou na ordem dos 65%, não deixa, ainda assim, de ser um valor apreciável neste quadro de maior contenção das finanças públicas.

## 5. Resultados Globais do SIADAP-RAM 2 e SIADAP-RAM 3

### 5.1 SIADAP-RAM 2

Nº de Dirigentes Intermédios	Quota		Nº propostas de desempenho relevante submetidas ao CCA	Nº propostas de desempenho relevante validadas pelo CCA	Desempenho excelente reconhecido pelo CCA
	Relevante 25%	Excelente 5%			
<b>16</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>0</b>

### 5.2 SIADAP-RAM 3

Nº de Trabalhadores	Quota		Nº propostas de desempenho relevante submetidas ao CCA	Nº propostas de desempenho relevante validadas pelo CCA	Desempenho excelente reconhecido pelo CCA	
	Relevante 25%	Excelente 5%				
<b>Grupo I – Técnicos Superiores</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>Grupo II – Assistentes Técnicos</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Grupo III – Assistentes Operacionais</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>49</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>1</b>